



Influência da categoria administrativa, modalidade de aplicação e nota Ideb na avaliação Enade dos cursos de Administração do estado de Minas Gerais

Influence of administrative category, application modality and Ideb grade in the Enade evaluation of Administration courses in the state of Minas Gerais

Henrique Rosario Carvalho Esteves
Mestrando em Administração Pública
Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.
Teófilo Otoni, Minas Gerais – Brasil.
Henriqueestevescb@hotmail.com

Agnaldo Keiti Higuchi
Doutor em Administração
Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.
Teófilo Otoni, Minas Gerais – Brasil.
Agnaldo.higuchi@ufvjm.edu.br

Raquel Cristina Lucas Mota
Doutora em Serviço Social
Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.
Teófilo Otoni, Minas Gerais – Brasil.
Raquel.lucasmota@ufvjm.edu.br

Resumo: As políticas públicas são ações realizadas pelo Estado, envolvendo suas iniciativas, investimentos e prioridades com intuito de atender a determinadas demandas sociais. No campo da educação, por exemplo, têm-se as políticas públicas para concessão, expansão e avaliação do desempenho estudantil, como o IDEB e o ENADE. O objetivo desta pesquisa foi analisar a influência da categoria administrativa, da modalidade de aplicação e das notas obtidas nas provas do Ideb, nas notas do Enade de 2018 dos cursos de Administração de Minas Gerais. Essa pesquisa descritiva, com abordagem de dados quantitativa utilizou pesquisa documental nos sites E-Mec e Q Edu para coleta de dados, e ferramentas estatísticas de regressão logística e testes de médias para análise. Como resultado observou-se influência da natureza administrativa e da forma de aplicação, e a não influência do desempenho no Ideb no desempenho no Enade para os cursos de Administração analisados.

Palavras chave: Enade; Ideb; políticas públicas; políticas públicas educacionais.

Abstract: Public policies are actions carried out by the State, involving its initiatives, investments and priorities in order to meet certain social demands. In the field of education, for example, there are public policies for concession, expansion and evaluating student performance, such as IDEB and ENADE. The objective of this research was to analyze the influence of the administrative category, the modality of application and the grades obtained in the Ideb tests, on the 2018 Enade grades of Management courses in Minas Gerais. This descriptive research, with a quantitative data approach, used documental research on the E-Mec and Q Edu websites for data collection, and the statistical tools of logistic regression and mean tests for analysis. The results show the influence of the administrative nature and the form of application, and the non-influence of performance on Ideb performance on Enade for the Management courses analyzed.

Keywords: Enade; Ideb; public policy; educational public policies.

Cite como

(*ABNT NBR 6023:2018*)

ESTEVES, Henrique Rosario Carvalho; HIGUCHI, Agnaldo Keiti; MOTA, Raquel Cristina Lucas. Influência da categoria administrativa, modalidade de aplicação e nota Ideb na avaliação Enade dos cursos de Administração do estado de Minas Gerais. *Dialogia*, São Paulo, n. 41, p. 1-19, e20482, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/41.2022.20824>.

American Psychological Association (APA)

Esteves, H. R. C., Higuchi, A. K., & Mota, R. C. L. (2022, maio/ago.). Influência da categoria administrativa, modalidade de aplicação e nota Ideb na avaliação Enade dos cursos de Administração do estado de Minas Gerais. *Dialogia*, São Paulo, 41, p. 1-19, e20482. <https://doi.org/10.5585/41.2022.20824>.

Introdução

O papel do Estado na sociedade alterou-se com o passar dos anos, até chegar ao que temos na atualidade. Nos séculos XVIII e XIX este possuía o principal propósito de manter a segurança pública, porém, com a democratização, as suas responsabilidades perante o povo vieram a expandir e diversificarem. No presente, é de comum entendimento que a função do Estado é a de promover o bem-estar da população e para isso, exige-se que se desenvolvam ações e atuações nas mais diversas áreas existentes, como a de saúde, educação, transporte, meio ambiente (SEBRAE, 2008).

Para isso, o Estado utiliza-se das políticas públicas, que Boneti (2007) define como o resultado do processo do jogo das forças que determinam as relações de poder, que são formadas por agrupamentos econômicos e políticos, classes sociais e outras entidades presentes na sociedade civil. O mesmo autor infere que o Estado cumpre um papel de agente de organização e de institucionalização, que baseado em políticas públicas de avaliação, estabelece e atualiza normas, regras e valores nas decisões que foram realizadas nos debates públicos.

Gatti (2009), por sua vez, infere que no Brasil as políticas públicas de avaliação só vieram a receber maior atenção e estudos com análises críticas nos anos de 1960, em que se buscou criar instrumentos de avaliação e houve investimento na formação de profissionais especializados para a realização destes trabalhos. Uma das áreas em que foram institucionalizados instrumentos de avaliação foi a Educação.

Como políticas públicas de avaliação do ensino brasileiro, pode-se destacar o Ideb e Enade, que visam avaliar a qualidade do ensino básico e superior do país, respectivamente. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) busca reunir indicadores de fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações, proporcionando uma base de dados importante para a criação de políticas públicas educacionais. Em suma, o Ideb é uma ferramenta utilizada para manutenção e acompanhamento das metas estipuladas para a educação básica no Brasil (INEP, 2021)

Contribuindo para a avaliação da educação brasileira, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) realiza a avaliação do aprendizado dos alunos nos cursos de graduação ao que tange os conteúdos programados na estrutura curricular dos cursos (BRASIL, 2021).

A importância da pesquisa na área de políticas públicas educacionais tem ressurgido nas últimas décadas devido a sua maior visibilidade alcançada. Para Souza (2006), um dos fatores que assistiram para esse destaque está no fator da adoção de políticas restritivas de gastos, que se tornou comum na agenda da maioria dos países, tendo como destaques os que estão em desenvolvimento. Sendo assim, o ajuste fiscal demandou orçamentos que visam um equilíbrio entre receita e despesas, incluindo as restrições das intervenções do Estado ao que se refere à economia e às políticas sociais.

Como exemplo pode-se citar, no Brasil, a redução no investimento por estudante em educação superior pública, que no ano de 2012 teve variação de -4,7% (INEP, 2022), assim como reduções nos investimentos na Educação Básica. Assim, é esperado que essas restrições de gastos influenciem o desempenho nas avaliações de ambos os níveis educacionais, fazendo com que baixas notas no Ideb se reflitam em posteriores notas baixas no Enade.

Outras variáveis que podem influenciar o desempenho no Enade, relacionadas ao desenvolvimento econômico e à inclusão social, são a modalidade de aplicação dos cursos (CAETANO *et al.*, 2015) e a categoria administrativa da instituição de ensino (JESUS, 2017). No Brasil, a modalidade a distância começou pela iniciativa privada, passando, em termos tecnológicos, por meios de comunicação como correio, rádio, televisão e atualmente a internet. No âmbito governamental, a modalidade iniciou-se com a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em 2006, com o intuito de expandir e interiorizar a oferta de cursos superiores no Brasil (GOMES, 2013). De acordo com estudos anteriores (ANSTINE; SKIDMORE, 2005; CAETANO *et al.*, 2015), é esperado que o desempenho de alunos da modalidade presencial seja superior ao da modalidade à distância.

Com relação à categoria administrativa, segundo Cury (1992) as Instituições de Ensino Superior Públicas são aquelas mantidas pelo poder público, ao passo que as Instituições de Ensino Superior Privadas são aquelas credenciadas junto ao Ministério da Educação, porém mantidas e administradas por pessoas jurídicas de direito privado. No tocante ao desempenho no Enade, estudos mostram que alunos das Instituições de Ensino Superior Públicas apresentam notas superiores (JESUS, 2017; MEURER; PEREIRA, 2020).

Assim, com base no exposto, a pergunta que norteia o estudo é: qual a influência do Ideb, da categoria administrativa e da modalidade de aplicação do curso na nota obtida no Enade para os cursos de graduação em Administração do estado de Minas Gerais?

O presente trabalho, então, tem como objetivo analisar a influência da categoria administrativa, da modalidade de aplicação e dos desempenhos nas provas Ideb, nas notas do Enade de 2018 dos cursos de administração do estado de Minas Gerais.

O estudo se justifica pela relevância de analisar as políticas públicas em educação como um todo, e não de forma fragmentada em “compartimentos” separados pelo nível educacional, modalidade de aplicação ou categoria administrativa. Como citado por Vidal e Vieira (2011), esforços localizados em determinados níveis, modalidades ou categorias, sem articulação com os demais, podem diminuir a efetividade das políticas públicas educacionais.

1 Referencial teórico

1.1 Política Pública

A sociedade é formada pela união de cidadãos que possuem diferentes interesses e recursos de poder, assim como diferentes formas de sanar às suas necessidades. Sendo assim, a sociedade busca, por meio das políticas públicas, estabelecer consensos para moderar os conflitos existentes (RUA, 2014).

A expressão política pública pode ser utilizada em diversos âmbitos, como o campo de atuação do governo (ex: políticas educacionais e sociais), metas a serem alcançadas (ex: estabilização da moeda), fins específicos (ex: política de tolerância zero), entre outras (QUEIROZ, 2013).

A área das políticas públicas se caracteriza como multidisciplinar, na qual busca analisar e explicar a natureza das políticas públicas e seus respectivos métodos e atividades. Posto isto, uma teoria geral da política pública propõe-se em sintetizar diversas teorias que envolvem campos da economia, ciência política e sociologia (SOUZA, 2006).

Em suma, a política pública é uma área do conhecimento que estuda as ações do governo, sugerindo mudanças nas mesmas quando necessárias. As políticas públicas se formam no estágio em que os governos colocam em prática os seus planos de ação, elaborando programas e metas que atendam aos seus propósitos e demandas (SOUZA, 2006).

Segundo o Sebrae (2008), as políticas públicas representam todas as ações, metas e planos realizados pelos governos com o intuito de promover o bem-estar da sociedade, seja de âmbito nacional, estadual ou municipal. Entretanto, os dirigentes públicos definem suas prioridades conforme seu entendimento e ponto de vista sobre as necessidades e demandas da população. Sendo assim, infere-se que o bem-estar da sociedade é, em parte, determinado pelo governo e não pela sociedade, visto que a esta não expressa integralmente as suas expectativas. Por outro lado, a população pode realizar solicitações aos seus representantes no governo para que possam atender de forma mais específica e eficaz as suas necessidades (SEBRAE, 2008).

Faz-se necessário destacar a diferenciação de política pública e decisão política, visto que a política pública tange além do que uma mera decisão, requerendo-se assim, a elaboração de estratégias e metas para a implementação das decisões a serem tomadas. Já a decisão política refere-se à eleição de uma das alternativas possíveis que venha a atender as preferências dos indivíduos envolvidos no processo. Sendo assim, a política pública utiliza-se da decisão política, mas nem toda decisão política chega a compor uma política pública (RUA, 2014).

1.2 Políticas públicas educacionais

Conceitualmente, políticas públicas educacionais são aquelas que regulamentam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar (OLIVEIRA, 2010). Ou seja, são aquelas relacionadas especificamente ao âmbito escolar da educação, não tratando dos aspectos da educação presentes, por exemplo, no ambiente familiar ou religioso. Entre as políticas públicas educacionais, têm-se as políticas públicas de avaliação para analisar e acompanhar o desenvolvimento da educação no país. As avaliações de aprendizagem são organizadas e regularizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, que busca proporcionar e incentivar estudos e análises sobre o Sistema Educacional Brasileiro. Além disso, o Inep subsidia a formulação e implementação das políticas públicas na área da educação, tomando como parâmetros as bases de dados de qualidade e equidade do ensino brasileiro. Ademais, o mesmo possui papel fundamental na elaboração de dados confiáveis para os gestores, pesquisadores da área e a população do país (MEC, 2021a).

Uma dessas políticas de avaliação no ensino fundamental é o índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb. Este surgiu em 2007 e possui o objetivo de examinar a qualidade e aprendizado do ensino nacional, como também o de determinar objetivos para um melhor desempenho e aprimoramento da educação do Brasil (MEC, 2021a).

Este indicador viabiliza a supervisão da qualidade do ensino oferecido à população, sendo que esta pode realizar pedidos de melhorias com base nesses dados. Para isto, o Ideb realiza um cálculo utilizando a taxa de aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar e as médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) (INEP, 2021).

O resultado do Ideb varia entre 0 a 10, combinando avaliações relacionadas ao fluxo de alunos (aprovação) e aprendizagem (médias de desempenho), com o intuito de gerar subsídios para apoiar melhorias nessas dimensões. Sendo assim, se uma instituição de ensino retém os discentes com intuito de atingir melhores resultados no Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb, a variável fluxo será afetada e indicará uma necessidade de aprimoramento no sistema (INEP, 2021).

A partir de 2005 foram determinadas metas de qualidade por todo o Brasil, para que cada instância possa contribuir com o objetivo de alcançar o patamar de educação dos países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE (MEC, 2021a).

Segundo o portal do Inep, este índice é importante auxiliador para a elaboração e manutenção das políticas públicas em prol da qualidade do ensino do país. Com os dados obtidos é possível realizar um acompanhamento das metas que foram estipuladas no que tange a qualidade do ensino básico, na qual possui o objetivo de alcançar a nota 6 no ano de 2022 – valor que

corresponde ao sistema educacional de qualidade existente em alguns países desenvolvidos (INEP, 2021).

Com relação ao ensino superior, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade é o instrumento atualmente utilizado para verificar o rendimento dos discentes concluintes dos cursos de graduação. Do mesmo modo, busca analisar os conhecimentos programáticos adquiridos que estão nas diretrizes curriculares dos seus cursos. Além disso, o exame testa as competências e habilidades fundamentais na formação acadêmica e profissional dos graduandos, como também busca confrontar as diferenças e semelhanças entre a realidade brasileira e mundial (MEC, 2021b).

Anteriormente ao Enade, o instrumento utilizado para a avaliação do ensino superior foi o Exame Nacional de Cursos (ENC), chamado de “Provão”. Ele foi aplicado no período de 1995 a 2003 (SOUZA et al., 2018). O Enade teve o seu início no ano de 2004 e está integrado ao Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior (Sinaes), na qual é composto pela Avaliação de cursos de graduação, pelo questionário do Estudante e pela Avaliação Institucional. Estas avaliações formam o tripé avaliativo para o monitoramento e análise da qualidade dos cursos de ensino superior e suas instituições do Brasil. Em suma, os resultados obtidos pelo Enade são utilizados para realizar o cálculo dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior (MEC, 2021b) e gerar subsídios para orientar decisões acerca das políticas públicas em educação superior.

1.3 As modalidades de aplicação e categorias administrativas das Instituições de Ensino Superior

Segundo Franco (2008, p.54), “o ensino superior no Brasil iniciou sua organização mais sistemática a partir de 1934 com a fundação da Universidade de São Paulo”. Com o processo de expansão, novas instituições de natureza privada e novas formas de aplicação passaram a fazer parte do contexto educacional superior. Assim, atualmente, há no país um setor público e um setor privado oferecendo aos ingressantes vagas em cursos de ensino superior, que podem ser ofertados nas modalidades presencial e a distância.

O setor privado é formado por Instituições de Ensino Superior credenciadas pelo Ministério da Educação, ou seja, possuem concessão para atuar economicamente na área da educação, e são administradas por pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem finalidade de lucro (CURY, 1992). Já o setor público é constituído por Instituições mantidas pelo poder público Federal, Estadual ou Municipal, e que por esse motivo não cobram taxas pelo serviço prestado, no caso a oferta de cursos de graduação (CURY, 1992).

Com relação à modalidade de aplicação, a educação a distância é a modalidade educacional onde os processos de ensino e aprendizagem ocorrem com a utilização de tecnologias de informação e comunicação – TDIC, e professores e alunos participam desses processos em lugares diferentes, de forma síncrona e assíncrona, ou seja, em tempos diferentes (BRASIL, 2005), diferentemente do ensino presencial onde professor e alunos compartilham o mesmo espaço ao mesmo tempo.

A modalidade a distância já era adotada em muitas instituições do setor privado, e no ano de 2005, com a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), passou a ser aplicada também pelo setor público, com o objetivo de expandir e interiorizar a oferta de cursos superiores no país (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015). A modalidade a distância também foi incluída no Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), com o intuito de promover a expansão do ensino e a promoção de melhorias sociais por meio da educação (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015).

Nesse contexto onde atuam organizações de categorias administrativas privadas e públicas, oferecendo cursos em modalidades presenciais e a distância, a questão da qualidade de ensino é medida pelo Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior - Sinaes, por meio do Enade.

1.4 Estudos anteriores no tema

Como exemplo de pesquisas na área da educação pode-se citar Jesus (2017), que realizou um estudo com o propósito de analisar a aprendizagem dos discentes dos cursos de Ciências Contábeis das instituições de ensino de superior com caráter público e privado. Para isto, foi utilizado o resultado do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) dos anos de 2006, 2009, 2012 e 2015. Como resultado pode-se observar que as instituições públicas obtiveram um melhor desempenho do que as privadas, onde 41,88% das instituições públicas obtiveram conceitos 4 e 5, ao passo que 15,8% das instituições privadas tiveram desempenho semelhante.

Os autores Caetano et al. (2015) buscaram realizar um comparativo sobre a qualidade da formação dos graduandos do curso de Ciências Contábeis ao que tange as modalidades de ensino a distância e presencial do ano de 2009. Ao fim da pesquisa, verificou-se que as notas dos alunos dos cursos presenciais eram estatisticamente maiores em relação aos cursos a distância. Segundos os autores, os resultados sugerem a necessidade de um melhor acompanhamento do desempenho dos discentes que optam pela modalidade EAD, visto que esta tem se expandido de forma significativa no país.

Ainda no mesmo tema, Baldissera (2016) comparou o desempenho no Enade dos discentes de ensino a distância e presencial dos cursos de Administração (2009), Serviço Social (2010), Técnico em Gestão Ambiental (2010), Técnico em Marketing (2009), Ciências Contábeis (2009) e Técnico em Processos Gerenciais (2009). O resultado demonstrou que, assim como no estudo anterior, os discentes da modalidade presencial mostraram um desempenho superior comparado aos de modalidade EAD.

Por sua vez, Vidal e Vieira (2011) analisaram o comportamento das notas do Ideb dos anos iniciais e finais em 10 municípios cearenses, na qual estão integrados ao projeto social “Observatório da Educação Bons resultados no Ideb: estudo exploratório de fatores explicativos”. Neste trabalho, os autores buscam observar se a gestão municipal possui uma visão sistêmica na sua rede de ensino e se atua visando melhorias no desempenho dos alunos. Como resultado, constatou-se que o fortalecimento das práticas pedagógicas gerou condições para um aperfeiçoamento da instrução ministrada, contudo, notou-se uma redução das temáticas curriculares e maior foco nas matrizes que estão relacionadas com a Prova Brasil. Devido os resultados do Ideb nos anos finais possuírem uma diferença significativa em relação aos anos iniciais, os autores indagam sobre a efetividade da gestão municipal no desenvolvimento de iniciativas que atendam o sistema como um todo, já que aparentemente o foco está concentrado nos anos iniciais.

Os estudos mostrados acima não abordam a questão da integração da política de avaliação do ensino fundamental, ensino médio e ensino superior, da modalidade de aplicação do curso e da categoria administrativa em um modelo que procure explicar o desempenho no Enade. Esse trabalho, então, aborda de forma exploratória, a possível influência dessas variáveis no desempenho no Enade dos cursos de Administração do estado de Minas Gerais.

2 Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa se caracteriza de natureza quantitativa e de caráter descritivo, utilizando variáveis categóricas. Segundo Gil (2006), as pesquisas descritivas têm como propósito descrever características de um fenômeno, visando criar hipóteses ou torná-la explícita. Sendo assim, a elaboração deste tipo de pesquisa possibilita o levantamento de vários aspectos relacionados ao objeto de estudo.

2.1 Coleta dos dados

Foram selecionadas as notas do Enade do ano de 2018 de 300 cursos de administração, do estado de Minas Gerais, dos dados disponibilizadas no site E-Mec, na qual utilizou-se dos filtros [Busca por: Curso de Graduação], [Curso: Administração], [UF: Minas Gerais], [Modalidade: A distância e presencial], e por fim, [Grau: Bacharelado]. Além disso, foi utilizado o site Q Edu, em que é disponibilizado informações sobre as provas do Ideb dos anos iniciais do ano (AI) de 2007 e dos anos finais (AF) de 2009. O levantamento dos dados mencionados foi realizado no mês de maio de 2020.

A justificativa dos anos estipulados para o trabalho parte do pressuposto de que o aluno que realizou a prova do Ideb AI e AF nos anos de 2007 e 2009, consecutivamente, e não obteve reprovação, dando continuidade em seus estudos, realizou a prova do Enade em 2018 em sua graduação. Os dados coletados foram tabulados e depurados em planilha de cálculo eletrônica, e posteriormente analisados com o uso de software estatístico. No tópico a seguir explana-se detalhadamente a forma de análise dos dados.

2.2 Análise dos dados

Diante do objetivo de analisar a influência: (i) da natureza administrativa da IES (privada ou pública); (ii) da modalidade de aplicação do curso (presencial ou a distância), e (iii) do desempenho dos alunos na educação básica, representado pelas notas do Ideb anos finais e iniciais municipais (variáveis independentes), nas notas do Enade (variável dependente) dos cursos de Administração do Estado de Minas Gerais, adotou-se os procedimentos expostos a seguir.

Inicialmente, para garantir a validade e confiabilidade dos resultados estatísticos, realizou-se a busca por *outliers*, seguindo o critério da amplitude interquartil (TUKEY, 1977), na qual não foram encontrados dados fora dos limites do intervalo interquartil. Para a análise dos itens (i) e (ii), optou-se pelo teste de médias de duas amostras independentes. Para a escolha do método adequado, realizou-se previamente o teste de aderência a curva normal dos dados relativos às notas do Enade das IES coletadas. Os resultados dos testes de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk, mostrados na tabela 1 a seguir, indicam que os dados não seguem a distribuição normal (sig. < 0,05):

Tabela 1 - Resultados dos testes de normalidade da variável Enade

	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
ENADE	,214	300	,000	,889	300	,000

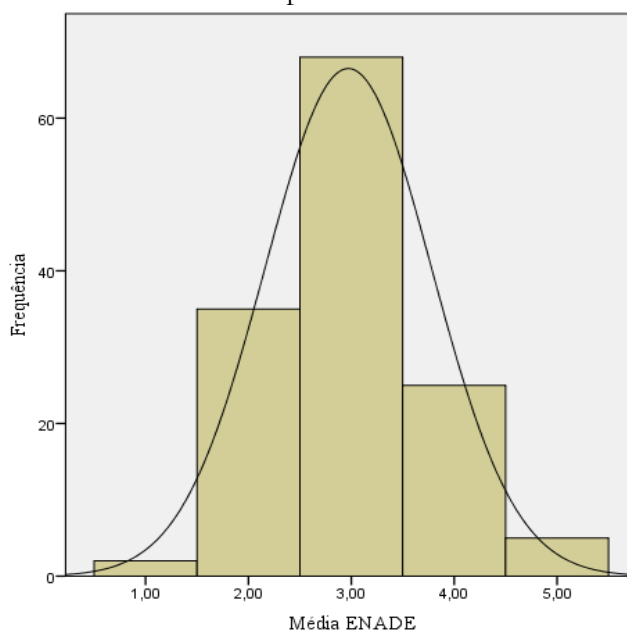
Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Diante da ausência de normalidade dos dados optou-se pelo teste de média não paramétrico para amostras independentes de Mann-Whitney, sendo 0,05 o valor de alpha adotado para a determinação da igualdade ou não das médias. Esse teste pode ser aplicado sem levar em conta o tipo de distribuição populacional (FONSECA; MARTINS, 2011).

Para a análise do item (iii), optou-se pela realização de uma regressão linear múltipla. A regressão permite avaliar o efeito de variáveis independentes em outra variável dependente (DANCEY; REIDY, 2006). O modelo testado busca avaliar o efeito das variáveis independentes 'notas do ideb anos iniciais' – IdebAI e 'ideb anos finais' – IdebAF na variável dependente 'Enade'.

Para a realização da regressão foram utilizados dados municipais do IdebAI e IdebAF. Como houve casos em que o mesmo município possuía mais de um curso, adotou-se a média aritmética simples das notas do Enade de todos os cursos do município, arredondadas para que representassem uma nota inteira. Com essa operação os dados analisados reduziram-se para 135 cidades, com a distribuição de frequências de notas conforme exposto no histograma da figura 1 a seguir.

Figura 1 - Histograma da distribuição das médias do Enade por município



Fonte: dados da pesquisa 2021.

Após essa adequação realizou-se o teste de normalidade das variáveis independentes IdebAI e IdebAF. Apesar da não obrigatoriedade da normalidade (TABACHNICK; FIDELL, 2013), os resultados do teste indicam que as variáveis seguem a distribuição normal (sig.>0,05). A variável IdebAF apresentou significância próxima do limite de 0,05 (sig.=0,043) no teste

Kolmogorov-Smirnov, mas como no teste Shapiro-Wilk apresentou significância acima de 0,05, foi considerada como aderente à distribuição normal. A tabela 2 a seguir ilustra os resultados do teste.

Tabela 2 - Resultados do teste de normalidade das variáveis independentes

	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
IdebAI	,071	135	,096	,984	135	,113
IdebAF	,078	135	,043	,987	135	,225

Fonte: dados da pesquisa, 2021.

O modelo é considerado significativo para $p < 0,05$, assim como os coeficientes são considerados significativos também para $p < 0,05$. Esse valor de alpha é o mais utilizado na área das Ciências Sociais Aplicadas (HAIR JUNIOR et al., 2005). Por fim, com o intuito de realizar uma análise englobando todas as variáveis independentes levantadas, realizou-se uma regressão binária logística. A regressão permite conhecer o percentual da variância explicada (R^2 de Nagelkerke) pelas variáveis independentes do modelo. Para verificação da significância dos coeficientes, adotou-se o teste de Wald, e o alpha de 0,05, valor utilizado nas Ciências Sociais (TABACHNICK; FIDELL, 2013)

Como as variáveis natureza administrativa e modalidade são categóricas e binárias, fez-se a conversão da variável dependente 'Enade' para a variável categórica 'conceito Enade', atribuindo a categoria "satisfatória" para notas iguais ou maiores que 3, e "insatisfatória" para notas menores que 3. Como a regressão logística aceita que as variáveis independentes sejam escalares ou contínuas, as notas do IdebAI e IdebAF não foram convertidas.

Os cálculos dos testes de normalidade, estatísticas descritivas, tabelas de frequência, regressão multivariada e binária logística foram realizados no software estatístico PASW-SPSS-IBM. No capítulo a seguir são expostos os resultados dos testes de comparação de médias, da regressão multivariada e a discussão dos resultados à luz do conteúdo presente no referencial teórico.

3 Resultados e discussões

Inicialmente expõe-se o perfil das IES que compõem a amostra analisadas no estudo, com relação à categoria administrativa e modalidade do curso. Com relação à primeira, a tabela 3 a seguir ilustra a distribuição de frequência de cada categoria:

Tabela 3 - Frequências das categorias administrativas das IES

	N	%	% acumulado
Privada com fins lucrativos	108	36,0	36,0
Privada sem fins lucrativos	107	35,7	71,7
Pública Estadual	8	2,7	74,3
Pública Federal	63	21,0	95,3
Pública Municipal	14	4,7	100,0
Total	300	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Percebe-se que IES privadas representam 71,7% dos casos analisados, ao passo que as de natureza pública representam 28,3%. No teste de médias foram consideradas somente essas duas categorias que unificam as apresentadas na tabela 3.

Com relação à modalidade de aplicação do curso, essa amostra é composta por 150 cursos de Educação Presencial e 150 de Educação a Distância. Com relação à quantidade de cursos nos municípios, os que apresentaram maiores números foram Belo Horizonte (31), Juiz de Fora (12), Caratinga (8), Contagem (8), Barbacena (7) e Betim (7), indicando maior concentração de cursos na região metropolitana de Belo Horizonte, seguida da Zona da Mata Mineira.

3.1 Influência da categoria administrativa

Para analisar a influência da categoria administrativa da IES na nota do Enade, realizou-se uma comparação entre as médias das notas obtidas por instituições de natureza privada e pública. Como citado anteriormente, após verificação do tipo de distribuição das notas do Enade apresentadas pelas 300 IES, optou-se pelo teste Mann-Whitney. A tabela 4 abaixo expõe o resultado do teste.

Tabela 4 - Resultados do teste de médias para categoria administrativa

	Categoria administrativa	N	Média	Desvio Padrão	Média dos Ranks	Soma dos Ranks
Valor ENADE	Pública	85	2,60	1,55	131,18	11150,50
	Privada	215	3,07	0,82	158,14	33999,50
	Total	300				
	Mann-Whitney U	7496				
	Sig. (bicaudal)	0,011				

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Analisando as médias apresentadas e o resultado do teste de igualdade de médias, pode-se afirmar que, como sig<0,05 rejeita-se a hipótese H0 de que as médias são iguais. Assim, verifica-se

que a média apresentada pelas IES de natureza Pública apresenta valor menor que a média das notas das IES de natureza Privada, para os cursos de Administração.

Tal resultado, em comparação ao exposto no referencial teórico, demonstra uma realidade que difere da pesquisa de Jesus (2017) e Meurer e Pereira (2020), cujos resultados mostraram que as IES Públicas apresentaram notas do Enade superiores aos IES Privadas.

3.2 Influência da modalidade de aplicação

Assim como na análise da influência da categoria administrativa, realizou-se uma comparação das médias entre os grupos de IES que adotam o Ensino Presencial e o Ensino a Distância. A tabela 5 a seguir expõe os resultados do teste:

Tabela 5 - Resultados do teste de médias para modalidade de aplicação

	Modalidade de aplicação	N	Média	Desvio Padrão	Média dos Ranks	Soma dos Ranks
Valor ENADE	Educação Presencial	150	3,28	0,91	176,56	26484,00
	Educação a Distância	150	2,59	1,12	124,44	18666,00
	Total	300				
	Mann-Whitney U	7341				
	Sig. (bicaudal)	0,000				

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Percebe-se que $\text{sig.} < 0,05$, portanto rejeita-se H_0 , ou seja, não se pode afirmar que as médias são iguais ao nível de 5%. Esse resultado mostra as médias dos cursos na modalidade presencial são maiores que as médias dos cursos à distância.

Analisando esse resultado à luz do exposto no referencial teórico, pode-se perceber uma compatibilidade com os resultados dos autores Caetano et al. (2015) e Baldissera (2016), que reforçam o fato da modalidade presencial gerar maior desempenho dos discentes. Tal resultado reforça a fala dos autores Caetano et al. (2015), quando sugerem a necessidade de um acompanhamento mais intensivo no aprendizado dos alunos de instituições de ensino superior à distância.

3.3 Influência do desempenho no ensino básico

Para análise da influência do desempenho no ensino básico, foi realizada uma regressão linear multivariada, tendo como variável dependente a média das notas do Enade de todas as IES do município, e como variáveis independentes (preditoras) as notas do Ideb anos iniciais e Ideb anos finais.

O modelo, entretanto, mostrou-se não significativo ($p=0,607$). A tabela 6 a seguir ilustra os resultados da regressão e os valores e significâncias dos coeficientes.

Tabela 6 - Resultados da análise do modelo de regressão

Model		Soma dos quadrados	gl	Média dos quadrados	F	Sig.
1	Regressão	,663	2	,331	,502	,607
	Residual	87,219	132	,661		
	Total	87,881	134			
Coefficientes						
		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
		B	Desvio Padrão	Beta		
	(Constante)	2,250	,762		2,950	,004
	IdebAI	,039	,162	,024	,240	,811
	IdebAF	,126	,172	,073	,734	,464

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Os resultados acima indicam que não se pode afirmar estatisticamente que há influência do desempenho na educação básica na nota do Enade dos cursos de Administração nas cidades analisadas. Assim como o modelo não se mostrou significativo, nenhum dos preditores apresentou coeficiente com significância inferior a 0,05, indicando que não há correlação entre essas variáveis.

3.4 Análise global utilizando regressão binária logística

Na regressão logística realizada, os valores obtidos no teste de Hosmer e Lemeshow (Qui-quadrado=24,589; gl=8; sig.=0,002) indicam que não existem diferenças significativas entre as classificações realizadas pelo modelo e a realidade observada. O coeficiente de determinação R^2 de Nagelkerke de 0,159 indica que 15,9% da variância do conceito Enade é explicada pelo modelo proposto. Esse resultado pode ser considerado reduzido, mostrando que há outros fatores, não incluídos nesse modelo, que influenciam o conceito Enade dos cursos de Administração.

A tabela 7 a seguir mostra os coeficientes e significâncias dos elementos do modelo:

Tabela 7 - Coeficientes e significâncias do modelo de regressão binária logística

Variáveis independentes	B	S.E.	Wald	df	Sig.
categoria administrativa	,979	,281	12,169	1	,000
modalidade	-1,147	,274	17,488	1	,000
IdebAI	,370	,351	1,114	1	,291
IdebAF	-,101	,380	,070	1	,791
Constante	-,539	1,586	,116	1	,734

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Confirmando as análises anteriores, percebe-se que somente as variáveis ‘categoria administrativa’ e ‘modalidade’ apresentaram-se como significativas no teste de Wald (sig.<0,05). As variáveis IdebAI e IdebAF, assim como na regressão linear, não se mostraram significativas corroborando que não possuem influência no Enade dos cursos de Administração.

Por fim, a regressão binária logística fornece a tabela de classificação, onde é possível verificar o percentual de predições corretas realizadas pelo modelo. A tabela 8 ilustra os percentuais parciais e totais do modelo.

Tabela 8 - Percentual de predições corretas

		Predito		
		conceito Enade		% acerto
		Insatisfatório	Satisfatório	
conceito	Insatisfatório	38	55	40,9
Enade	Satisfatório	12	195	94,2
Percentual total				77,7

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

O modelo proposto acertou 94,2% dos casos onde o conceito foi satisfatório, e 40,9% quando o conceito foi insatisfatório, gerando um percentual de acerto total de 77,7%, ou seja, há a probabilidade de 77,7% de o modelo predizer corretamente se o conceito Enade de determinado curso vai ser satisfatório ou insatisfatório baseado na natureza administrativa da IES e na modalidade do curso. Esse resultado, assim como o valor do R² de Nagelkerke de 15,9%, indica que há outras variáveis que influenciam a nota do Enade, e que não estão presentes no modelo.

Os resultados levantados mostram que a nota do Enade dos cursos de Administração no estado de Minas Gerais, são influenciados pela modalidade de aplicação, em concordância com os estudos de Caetano et al. (2015) e Anstine e Skidmore (2005), e pela categoria administrativa das instituições, corroborando os estudos de Meurer e Pereira (2020) e Jesus (2017). Entretanto, fica a ressalva que, no caso da categoria administrativa, os resultados desse estudo, apesar de mostrar a influência dessa, indicam resultados diferentes dos estudos citados, onde a média das instituições públicas foi, como citado anteriormente, superior ao das instituições privadas.

Considerações finais

De acordo com os resultados levantados, percebe-se que a nota do Enade pode ser influenciada pela natureza administrativa da IES, sendo as melhores notas obtidas pelas IES de iniciativa privada, e que aplicam o curso de forma presencial. Não se encontrou resultados que

confirmem a influência do desempenho no ensino básico no desempenho no ensino superior para os cursos de Administração.

Assim, esse estudo evidenciou que as políticas públicas educacionais aplicadas aos cursos de Administração precisam utilizar os resultados das avaliações para elaborar planos de melhoria principalmente nos cursos da modalidade à distância e de IES públicas, que apresentaram notas mais baixas. As médias do Enade de 2,60 para as IES públicas e de 2,59 para os cursos da modalidade a distância reforçam a necessidade de melhoria, pois podem ser considerados insatisfatórias. Nota-se aqui a falta de consenso em torno de políticas eficazes para o desenvolvimento econômico e que promova a inclusão social por parte da sociedade (SOUZA, 2006). Essa pode ser uma potencial causa que torna a distância entre o ensino superior atualmente implantado e o que o país efetivamente necessita cada vez maior (FRANCO, 2008).

Os resultados mostraram também que, entre as cidades analisadas na pesquisa, o desempenho no ensino básico não influenciou a nota no Enade, indicando que há necessidade de incluir outras variáveis no modelo proposto. O valor de R^2 de Nagelkerke de 15,9% comprova essa necessidade. Assim, em lugar de inserir o desempenho na educação básica, que pode estar temporalmente excessivamente distante para influenciar a nota do Enade, poderia-se inserir variáveis relacionadas à forma de gestão das IES.

Esse estudo tem como contribuição teórica ao arcabouço do conhecimento em políticas públicas para educação, a informação que a modalidade a distância ainda apresenta desempenho inferior ao da modalidade presencial, indicando necessidade de mudanças em suas estratégias pedagógicas corroborando os argumentos de Caetano et al. (2015), para que essa modalidade de ensino possa atender ao objetivo de promover melhorias sociais por meio da educação (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015). Esse estudo apresenta também, como implicação gerencial para os gestores de Instituições de Ensino Superior Públicas, a necessidade de repensar os processos de ensino, uma vez que as Instituições Privadas apresentaram desempenho superior.

Com relação às limitações do estudo, essas são representadas: (i) pela forma de amostragem não probabilística das IES e cidades participantes, que não incluiu a totalidade dos cursos em atividade no estado de Minas Gerais, e, portanto não permite a inferência para a população de cursos dos resultados aqui obtidos; e (ii) a impossibilidade de comprovação de que todos os alunos que prestaram o Enade nos cursos e cidades presentes no estudo participaram do Ideb nas mesmas cidades. Diante dessa impossibilidade optou-se pelo teste Mann-Whitney para amostras independentes. Entretanto, o mais indicado para calcular a influência do Ideb no Enade seria

utilizando indivíduos que realizaram ambas as provas na mesma cidade, por meio de teste de média de amostras pareadas.

Como sugestão para novos estudos, indica-se, então, a inclusão de novas variáveis no modelo de regressão logística, as relacionadas à forma de gestão das IES como o nível de atualização do projeto pedagógico, a presença de instalações físicas adequadas e o nível de qualificação do corpo docente do curso. Sugere-se também a realização do mesmo estudo nos demais estados brasileiros.

Referências

ANSTINE, J.; SKIDMORE, M. A Small Sample of Traditional and Online Courses with Sample Selection Adjustment. *Journal of Economic Education*, v. 36, n. 2, p. 107-127, 2005.

BALDISERRA, P. *Desempenho dos Alunos no Enade: uma comparação por meio do capital cultural entre as modalidades presencial e o EAD*. 2016. Dissertação de Mestrado – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016.

BONETTI, L. W. *Políticas públicas por dentro*. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2007.

BRASIL, M. DA E. *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC*. . [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br>>. , 2021

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 2005.

CAETANO, C. C. R. *et al.* Desempenho no Enade em Ciências Contábeis: ensino a distância (EAD) versus presencial. *Revista Universo Contábil*, v. 11, n. 4, p. 147–165, 2015.

CURY, C. R. J. O público e o privado na educação brasileira contemporânea: posições e tendências. *Caderno de Pesquisa*, n. 81, p. 33-44, maio 1992.

DANCEY, C. P.; REIDY, J. *Estatística sem matemática para psicologia*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. *Curso de estatística*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FRANCO, A. de P. Ensino Superior no Brasil: cenário, avanços e contradições. *Jornal de Políticas Educacionais*, n. 4, p. 53-63, jul./dez. 2008.

GATTI, B. Avaliação de sistemas educacionais no Brasil. *Sísifo: Revista de Ciências da Educação*, v. 9, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://sisifo.ic.ulisboa.pt/index.php/sisifo/article/view/144>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, L. F. EAD no Brasil: perspectivas e desafios. *Avaliação* (Campinas) (online), v.18, n.1, p. 13-22, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n1/02.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2022.

HAIR JUNIOR, J. F. et al. *Análise multivariada de dados*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. INEP. *Indicadores Financeiros Educacionais*. [S.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-financeiros-educacionais>. Acesso em: 8 fev 2022., 2022.

INEP. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)*. . [S.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 1 jul. 2021. , 2021

JESUS, R. *Desempenho no Enade: Comparação das instituições públicas e privadas do curso de ciências contábeis no Brasil*. 2017. Monografia (Graduação) – Universidade de Rio Verde, Rio Verde-Goiás, 2017.

MANCEBO, D.; VALE, A. A.; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. *Revista Brasileira de Educação*. (online), v. 20, n. 60, p. 31-50, 2015.

MEC, M. DA E. *Avaliações da Aprendizagem*. . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnld/dicionarios/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/18843-avaliacoes-da-aprendizagem>. Acesso em: 12 jul. 2021a. , 2021

MEC, M. DA E. *Enade – Apresentação*. . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/enade>>. Acesso em: 19 jul. 2021b. , 2021.

MEURER, A. M.; PEREIRA, V. H. Desempenho no Enade e as Condições do Processo Formativo de Acadêmicos de Ciências Contábeis. *Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, v. 18, n. 1, p. 178-190, 2020.

OLIVEIRA, A. F. Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, A. F.; FRANÇA, G. (orgs). *Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas*. Goiás:Editora PUC Goiás, 2010.

QUEIROZ, R. B. *Formação e gestão de políticas públicas*. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2013. RUA, M. DAS G. *Políticas Públicas*. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2014. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145407/1/PNAP%20-%20Modulo%20Basico%20-%20GPM%20-%20Políticas%20Publicas.pdf>. (PNAP).

SEBRAE. *Políticas Públicas Conceitos e Práticas*. 7. ed. Minas Gerais: Sebrae, 2008. Disponível em: <http://www.mp.ce.gov.br/n especiais/promulher/manuais/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%20C%209ABLICAS.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Caderno Sociologias*, v. 8, n. 16, p. 20–45, 2006.

SOUZA, F. J.; SOUZA, J. S.; ELLIOT, L. G.; HILDENBRAND, L. Avaliação da Educação Superior no Brasil – do Provão ao ENADE: um estudo meta-avaliativo. *Meta: Avaliação*, edição especial n°2, p.22-42, 2018.

TABACHNICK, B. G.; FIDELL, L. S. *Using Multivariate Statistics*. 6. ed. Boston: Pearson, 2013.

TUKEY, J. W. *Exploratory data analysis*. [S.l.]: Addison-Wesley, 1977.

VIDAL, H. M.; VIEIRA, S. F. Gestão Educacional e Resultados no Ideb: um estudo de caso em dez municípios cearenses. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 22, n. 50, p. 419–434, 2011.